

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.884 - RS (2018/0232054-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**RECORRIDO : E M**

**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ASSIST. AC : F B**

**ASSIST. AC : F B**

**ADVOGADO : MANOEL PEDRO SILVEIRA CASTANHEIRA - RS073823**

**DECISÃO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdãos prolatados pelo **Tribunal de Justiça daquele estado** no Recurso em Sentido Estrito n. 0304769-75.2017.8.21.7000.

O ora recorrido foi **pronunciado** pelo crime de feminicídio, praticado por motivo fútil e com uso de meio cruel. A Corte de origem, por maioria, **afastou a incidência do art. 121, § 2º, III, do Código Penal**.

Nas **razões do especial**, o recorrente aponta violação dos arts. 121, § 2º, III, do CP e 74, § 1º, 413, *caput* e § 1º, e 414, todos do CPP, uma vez que a qualificadora do meio cruel **não era manifestamente improcedente** e, portanto, **não poderia ser excluída da pronúncia**.

Aduz, em síntese: "a reiteração de facadas na vítima é suficiente, ao menos na fase de pronúncia, para afirmar a qualificadora do meio cruel" (fl. 498).

Requer o provimento do apelo raro a fim de restabelecer a qualificadora na decisão de pronúncia.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 596-598).

**Decido.**

O **especial** suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade do recurso especial (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), motivo por que avanço na análise de mérito da controvérsia.

É cediço que a pronúncia consubstancia um mero juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual basta que o Juiz esteja convencido da materialidade do delito e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação para que o acusado seja pronunciado, consoante o disposto no art. 413 do Código de Processo Penal.

O *decisum* que submete o agente a julgamento perante o Conselho de Sentença deve ser fundamentado não apenas em relação à materialidade do fato e aos indícios suficientes de autoria ou de participação, **mas também no que se refere às qualificadoras**, haja vista o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Vale dizer, embora a decisão de pronúncia deva ser comedida na apreciação das provas, **deve conter uma fundamentação mínima para o reconhecimento de qualificadoras**, a fim de que o juízo de valor acerca da sua efetiva ocorrência possa ser apreciado pelo Conselho de Sentença.

Faço lembrar que a Constituição Federal conferiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar crimes dolosos contra a vida e lhe assegurou a soberania dos veredictos. Assim, em respeito ao **princípio do juiz natural**, é entendimento dominante nesta Corte Superior que **"somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na decisão de pronúncia, quando manifestamente improcedentes**, uma vez que cabe ao Tribunal do Júri, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de **juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu"** (AgRg no AREsp n. 813.200/DF, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 6/6/2016, destaquei).

*In casu*, o acórdão recorrido afastou a qualificadora prevista no art. 121, § 2º, III, do CP pelos seguintes motivos (fls.

475-476, grifei):

De outro lado, estou a rejeitar a qualificadora do meio cruel, assim narrada na denúncia:

O delito foi perpetrado, ainda, através de meio cruel, rendo (*sic*) o acusado desferido ao menos três facadas na vítima, causando-lhe sofrimento desnecessário e excessivo ao objetivo de matá-la.

No ponto, consigno que **a crueldade que qualifica o homicídio não pode ser confundida com a intensidade de dolo**. Meio cruel, na precisa lição de José Henrique Pierangeli, "é todo aquele que impõe um padecimento físico inútil e mais grave do que o necessário para a consumação do homicídio", a evidenciar um aspecto de barbárie e a ausência de elementar sentimento de piedade.

Então, **não é a mera repetição de golpes ou o número de disparos que caracteriza o meio cruel, mas o *modus operandi***. É preciso que da conduta se extraia que o agente atuou com a intenção específica de gerar sofrimento desnecessário, de impor um padecimento físico inútil e mais grave do que o necessário. E tanto pode ocorrer com o desferimento de um único golpe, ou com a repetição de golpes, a depender do caso concreto. Ao Ministério Público compete descrever essa conduta na denúncia e demonstrar essa intenção específica no curso da persecução penal.

No caso, **a pretensão acusatória pelo reconhecimento da qualificadora do meio cruel está fundamentada no número de golpes desferidos contra a vítima e a forma de execução. Tanto, porém, é indicativo da intensidade de dolo, não se confundindo com crueldade**.

Dessarte, rejeito tal qualificadora.

O entendimento do Tribunal *a quo*, todavia, não se coaduna com a jurisprudência desta Corte Superior:

[...]

**2. A reiteração de golpes na vítima, ao menos em princípio e para fins de pronúncia, é circunstância indiciária do 'meio cruel' previsto no inciso III do parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal, não se tratando, pois, de qualificadora manifestamente improcedente que autorize o excepcional decote pelo juiz da pronúncia, pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri.**

[...]

(REsp n. 1.241.987/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 24/2/2014, destaquei)

[...]

3. É entendimento desta Corte que a reiteração de golpes na vítima, ao menos em princípio e para fins de pronúncia, é circunstância indiciária do 'meio cruel' previsto no inciso III do parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal, não se tratando, pois, de qualificadora manifestamente improcedente que autorize o excepcional decote pelo juiz da pronúncia, pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri (REsp 1 241 987/PR, Rei. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 24/02/2014) (AgRg no REsp 1721923/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 19/06/2018)

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 456.093/PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 29/8/2018)

Portanto, ao afastar a qualificadora, a Corte estadual fez **incursão valorativa** sobre os fatos narrados, cuja análise cabe ao Conselho de Sentença, órgão competente para analisar as circunstâncias fáticas do crime e interpretar se o número de golpes configurou meio cruel na prática do delito, como narra a denúncia.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial**, a fim de restabelecer a qualificadora prevista no art. 121, § 2º, III, do Código Penal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**